



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAREDE PÚBLICA DE ENSINO

Tatiana Farias dos Santos¹
Eliane Barbosa da Corrente²
Rafaelle Higino de Lemos³
Sandra Cristina Sousa Alves⁴
Jonas dos Santos Lima⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da qualificação docente para uma educação inclusiva significativa na rede pública de ensino. Caminhos com grandes desafios estão sendo encontrados para que a educação inclusiva seja realmente efetivada, entre eles destaca-se a formação de professores. Diante disso, alguns questionamentos fazem-se necessários: qual a importância da qualificação docente para a educação inclusiva? Quais os impactos causados pelo despreparo docente na formação dos alunos com deficiência? A inclusão está presente nas escolas públicas, para além das legislações? Pretendemos analisar tais prerrogativas com enfoque na atuação docente e sua qualificação profissional, frente as demandas exigidas na atualidade nas escolas públicas brasileiras visando uma educação inclusiva. O trabalho foi elaborado através da abordagem qualitativa, tendo como base a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da contribuição do livro de Montoan (2003), “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?”; e em sites de órgãos governamentais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a Política Nacional de Educação Especial (1994), o Decreto nº 6.571/2008, entre outros. Esse artigo fundamenta-se a partir das contribuições de Mantoan (2003), Bueno (1999), Nóvoa (1995), dentre outros autores. Com esta pesquisa concluímos que as escolas da rede pública e seus educadores devem garantir a inclusão social valorizando a pluralidade existente no contexto educacional, de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, de modo a beneficiar todos os alunos presentes na sala de aula, para isso é preciso haver políticas públicas efetivas, acessibilidade nas escolas e capacitação docente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Qualificação docente. Rede Pública.

¹ E-mail: tatianafariasdossantos94@gmail.com.

² E-mail: kailanne-eloa@hotmail.com.

³ E-mail: prof.rafaelle@frm.edu.br.

⁴ E-mail: prof.sandra@frm.edu.br

⁵ E-mail: jonaslima183@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a qualificação de professores e sua atuação nas escolas da rede pública de ensino visando uma educação inclusiva de qualidade, nosso estudo parte da necessidade de reflexão da importância do preparo docente para atender as demandas existentes em sala de aula, composta pela diversidade de alunos. É imprescindível que o docente tenha o conhecimento necessário para atuar na prática visando a inclusão de todos os alunos, sem distinção ou preconceito, com olhar humanístico para além das limitações existentes dos alunos portadores de necessidades especiais.

O estudo desse artigo parte da reflexão dos momentos de discussões e debates em sala de aula no curso de pedagogia, com foco na necessidade da qualificação do professor na sua atuação em sala de aula englobando a inclusão como objetivo primordial da sua prática pedagógica. Durante nossa graduação experienciamos momentos indispensáveis a formação docente, pois através das disciplinas de educação inclusiva, LIBRAS e tópicos especiais em educação, estudamos sobre a inclusão e sua importância na educação básica e na formação integral de todos os alunos.

Pretendemos com esse artigo analisar a educação inclusiva através de suas relações com o preparo docente e os desafios encontrados nas escolas públicas no viés inclusivo, apontamos para a figura do professor como um agente indispensável na construção de uma formação integral de seus alunos, o mesmo tem a responsabilidade de atuar com efetividade visando alcançar todos os seus alunos em sala de aula. Para isso, é necessário que o mesmo possua o conhecimento necessário para aprimorar suas práticas de ensino.

Diante disso, alguns questionamentos fazem-se necessários: Qual a importância da qualificação docente na educação inclusiva? Quais os impactos causados pelo despreparo docente na formação dos alunos com deficiência? A inclusão está presente nas escolas públicas, para além das legislações?

Assim, buscamos por meio da pesquisa bibliográfica analisar tais prerrogativas com enfoque na atuação docente e sua qualificação profissional, frente as demandas exigidas na atualidade nas escolas públicas brasileiras na educação inclusiva. O professor é elemento chave no processo de ensino-aprendizagem, pois exerce forte influência no desenvolvimento das habilidades de cada indivíduo, tal responsabilidade é indispensável ao fazer pedagógico e para que ele consiga cumprir

seu papel com efetividade deve ter a formação adequada.

Dessa forma, para atuar em uma sala composta por vários alunos com diferentes necessidades e fazer com que todos compreendam os conteúdos e absorvam é um grande desafio, visto que é justamente a qualificação docente que diferencia o seu trabalho, principalmente nas escolas públicas.

Esse artigo está organizado em tópicos, no qual inicia com a análise da educação inclusiva e a qualificação docente, em seguida abordaremos a educação inclusiva no contexto das escolas da rede pública.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A QUALIFICAÇÃO DOCENTE

A educação inclusiva visa adaptar o sistema educacional para assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma a valorizar as diferenças. Incluindo principalmente alunos considerados público-alvo da educação especial sendo aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. A educação especial é uma modalidade de ensino que segundo a Secretária de Educação Especial do MEC (SESP):

[...] é um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP,1994, p.17).

Podemos considerar que a educação especial é formada por direitos e que garante aos alunos um espaço e recursos pedagógicos específicos para o tipo de necessidade de cada um. A educação inclusiva e a educação especial estão interligadas, já que o intuito é garantir a permanência de todos na sala de aula.

No Atendimento Educacional especializado (AEE) que tem como “função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, visando a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela”

(BRASIL, 2008). Esse recurso visa uma parceria entre o professor especialista e o professor capacitado para juntos atuarem em prol de uma educação igualitária.

Na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral (MONTANO, 2003).

A afirmação da autora vai de encontro com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que estabelecem a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seu Art. 59 preconiza que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “[...] inciso III: “professores com

especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

De acordo com essa diretriz os professores de atendimento especializado devem ter a especialização adequada e enfatiza a capacitação para professores do ensino regular. Porém, para Sant’Ana (2005) a ausência da formação especializada para todos os educadores que trabalham com o público da educação especial constitui um sério problema na implantação das políticas de educação inclusiva, destacando que os cursos de graduação em licenciatura têm enfatizado aspectos teóricos, distantes da prática pedagógica, não preparando os profissionais para lidar com a diversidade dos educandos.

Ainda, Giancaterino (2009) ressalta que:

Para que o conhecimento ganhe sentido transformador para o aluno é necessário ter relação com a realidade. Por ele conhecida, e que os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento sejam referidos à totalidade de conhecimento. Assim, acredita-se que uma das funções específicas do professor de Educação Especial é a socialização do saber do saber docente, na

medida em que há ela cabe estimular a troca de experiências entre os professores, a discussão e a sistematização de práticas pedagógicas, função complementada pelos órgãos de classe que contribuirá para a construção, não só de uma teoria mais compatível à realidade brasileira, mas também do educador coletivo.

De acordo com o autor, o ensino deve ter relação com a realidade dos alunos para que ele atribua um sentido a educação ofertada, havendo a interdisciplinaridade entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, assim o ensino parte de uma totalidade e não como fragmentos e recortes de uma realidade. O autor enfatiza ainda que o professor da educação especial deve ter como função socializar seus saberes possuídos (GIANCATERINO, 2009).

Para que os professores tenham uma boa base nas suas formações acadêmicas a respeito da educação inclusiva, a Portaria nº 1793/1994 recomenda a inclusão de disciplinas de educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura demais cursos de graduação. De acordo com Santos (2022), o único curso superior capaz de “consagrar” uma formação docente com base na proposta da educação inclusiva é o curso de Pedagogia, pois tem instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do

ensino especial e regular. Dessa forma cabe aos cursos de licenciatura e demais graduações rever seus currículos e fazer uma integração das disciplinas a demanda da realidade encontrada na sua área de atuação.

Queiroz (2010) enfatiza que que a preocupação em torno da formação do professor é relevante, pois as escolas regulares estão compostas por alunos diversificados que apresentam necessidades diferenciadas e o currículo dos cursos de professores não contempla essa nova realidade. Goes (2002) compartilha da mesma preocupação ao citar que esse despreparo docente torna a qualidade da educação frágil para o aluno com deficiência.

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos (YOSHIDA, p. 10, 2018).

Quando o educador não considera as especificidades dos alunos, fica difícil alcançar resultados positivos, pois cada aluno se desenvolve em seu tempo independente de ter alguma deficiência, todos os alunos têm a capacidade de aprender e vencer suas limitações sejam elas intelectuais, sensoriais ou motoras, a questão é que o processo de aprendizagem é singular e não deve ser avaliado da mesma forma para todos os alunos.

Bueno (1999), destaca que não basta o professor ser generalista possuir graduação em pedagogia para trazer uma educação de qualidade para as crianças com necessidades especiais, esse professor deve ser um professor especialista, ou seja, ter especialização na educação inclusiva ou na educação especial para que consiga atuar na prática de maneira significativa.

O papel do professor frente a educação inclusiva também é destacado na Declaração de Salamanca (1994) no qual destaca que é uma figura fundamental no processo de inclusão, que necessita de apoio de toda a comunidade escolar, pois sozinho não é capaz de promover a inclusão necessária na escola. Segundo Montoan (1997, p.120) “a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-

se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”.

Ainscow (2016) afirma que para que a escola se suceda é necessário a organização do currículo, dos processos didáticos e pedagógicos, para que o ensino não tenha como parte, apenas a apresentação de conteúdos e sim a aprendizagem eficaz vivenciada e construída nos processos de ensino-aprendizagem. Porque, como muitos autores vêm dizendo há muito tempo, formas de organização do ensino a partir do trabalho dos próprios alunos são úteis não apenas para as crianças com deficiência, mas, para todas as crianças.

Correia (2008, p. 28), com vistas a essa perspectiva formativa, destaca que:

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia deve ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. Dessa forma, realça que não apenas o professor precisa estar preparado para a atuação com a diversidade do alunado, no cotidiano da escola, mas todos os profissionais que ali atuam.

Dessa forma, Correia afirma que todos os profissionais que atuam na escola,

devem estar preparados para atuar com a diversidade dos alunos no cotidiano. A escola precisa visar um ensino que enfoque o cidadão em sua condição humana para além de sua deficiência, pois aluno por apresentar deficiência não deve ser visto sob olhar preconceituoso ou reducionista, pois ele possui capacidades para aprender e desenvolver-se na aquisição de conhecimentos.

Costa (2005, p.13) destaca que as deficiências físicas, cognitivas e sensoriais não deveriam ser vistas como empecilho “[...] para o ingresso e permanência na escola pública, que deve disponibilizar os recursos didático-pedagógicos centrados em suas necessidades de aprendizagem e professores orientados para educar alunos, com e sem deficiência, juntos em suas salas de aula”. Ainda para Costa (2005, p. 91) “A urgência por uma educação democrática parece se constituir como alternativa para a superação da deficiência como obstáculo para o acesso e permanência na escola pública dos alunos e na possibilidade de se organizar uma sociedade justa e humana.”

Muitas vezes a percepção errônea sobre o aluno se deve ao próprio tipo de deficiência, na qual o professor carece de conhecimento sobre as especificidades da deficiência do aluno, não sabendo atuar frente a ele, o que dificulta em coordenar os

movimentos e controlar posturas, os déficits de aprendizagem, gerando impressões subjetivas equivocadas sobre este aluno e, com isto, desencorajar interações sociais, impedindo o desenvolvimento de processos proximais.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MONTANO, 2003).

De acordo com a autora a escola ainda é excludente, mesmo havendo a democratização e garantia da inserção de todos dos alunos na instituição de ensino, reproduz a exclusão dos alunos que não estão dentro dos padrões do saber escolar, não havendo espaço para diálogos nos diferentes lugares da escola, caracterizando assim uma “falsa” inclusão na medida em que atende todos os alunos, mas não possui qualidade para incluir a todos.

Nessas orientações, entendem-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fossem marcas indelévels, as quais só nos cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho e outras tantas mais. (MONTAN, 2003).

É preciso que a escola rompa esse paradigma existente do preconceito e enxergue o aluno em suas totalidades nas dimensões sociais, emocionais e sensoriais, não taxando-o como incapaz de evoluir, assim, faz-se necessário um trabalho docente humanístico com olhar atento sobre a realidade dos seus alunos nas suas características singulares, promovendo o estímulo necessário ao aluno para que ele perceba-se como capaz, motivado a alcançar seus objetivos.

1.1 A educação inclusiva nas redes públicas de ensino

O acesso a escola é um direito que deve ser garantido a todos, sem restrições as diversidades existentes e incluindo todas as pessoas que apresentem qualquer tipo de deficiência. Na prática, a realidade das escolas públicas brasileiras distancia-se do

ideal de educação inclusiva garantido nas legislações vigentes. Atualmente pela Resolução CNE/CEB nº2/2001 – Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com deficiência, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos em classe comum.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008).

A lei brasileira tornou obrigatória o egresso desses alunos nas escolas, o que caracterizou uma vitória alcançada para as famílias, porém existem lacunas e obstáculos que precisam ser enfrentados para romper os paradigmas do preconceito, discriminação, e até mesmo a priorização das políticas públicas, quanto a efetivação dos direitos previstos por lei para os alunos com deficiência.

A inclusão de todos os alunos com e sem deficiência no mesmo ambiente escolar é tido como uma grande dificuldade de

aceitação por alguns educadores, pois “é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum”(BRASIL, 2006, p. 73).

Para que a escola atual torne-se inclusiva, não basta apenas leis, é necessário o alhar paraa conscientização do respeito as diferenças, quebrando os padrões estabelecidos a bastante tempo na rede de ensino. A educação é o direito de todos sem distinção, é preciso partir do princípio que todos nós somos diferentes e temos nossa individualidade. Trazer discussões sobre a inclusão com a família e toda a comunidade escolar seria outra alternativa para melhorá-la, é importante conhecer as necessidades desses alunos e assim traçar uma meta de ensino que seja bom para todos (MANTOAN, 2003).

Costa (2007), contribui afirmando que o ensino regular não atende às diferenças de aprendizagem dos educandos com deficiência, por ser ineficiente na quebra de padrões estabelecidos de aprendizagem. Adorno (1995, p. 189), compartilha do mesmo pensamento ao afirmar que “somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do

conhecimento e vice-versa.”

Outro ponto interessante que vale ressaltar é a inclusão de alunos com deficiência na escola pública e o convívio com colegas sem deficiência, o que tem como propósito fazer com que esses indivíduos se percebam capazes de desenvolver a sua dimensão social, laboral, psíquica. Entendendo-se como agentes importantes para seu meio, enxergando-se acima da sua condição. Porém, pode acontecer o contrário, devido ao preconceito instaurado nas escolas e a falta de profissionais qualificados para atuar com esses alunos, eles podem sofrer a exclusão dentro das escolas públicas.

Para promover a inclusão é necessário que nas escolas públicas haja recursos de acessibilidade compreendidos como: “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;” (BRASIL, 2004). Muitas escolas públicas não dispõem de tais recursos, comprometendo o acesso e permanência desses alunos na escola.

Para que a educação inclusiva aconteça é imprescindível haver redes de apoio principalmente da família, sendo peça

fundamental, possuindo um vínculo de confiança com a escola, é muito importante também que os profissionais da área da saúde ajudem os educadores a entender as necessidades dos alunos, geralmente os mais requisitados são os médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos (FERREIRA, p. 4, 2018).

É importante avaliar as políticas públicas de educação especial e inclusão escolar para além da oferta de matrícula nas redes públicas de ensino, pois mais do que garantir a entrada desses alunos nas redes de ensino, é necessário haver a estruturação adequada para a sua permanência, visto que que as escolas públicas brasileiras, em sua maioria, não têm acessibilidade, segundo dados do Censo Escolar 2018 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), somente 31% das escolas (55.899) brasileiras têm dependências acessíveis aos portadores de algum tipo de deficiência.

As escolas da rede pública possuem seu histórico enraizado no tradicionalismo, tendo resistência a aceitar mudanças, a inclusão chega como uma proposta de transformação da escola como um todo, desde a sua estrutura para atender esses alunos, ao ensino ministrado, para isso faz-se necessário políticas públicas para investir na formação continuada de professores visando atender a

demanda existente.

Para Yoshida (2018), é preciso haver apoio de recursos do governo, já que o estado deve oferecer assistência técnica e financeira, também é preciso ter adaptação e previsão de recursos em sala, sobre este ponto, a autora diz que “cabe ao gestor oferecer tempo e espaço para que professores, coordenador e especialistas possam conversar e tirar dúvidas sobre a integração do aluno com deficiência”. O fazer pedagógico dos docentes atuantes nas escolas públicas está permeado pela insegurança em trabalhar com alunos com deficiência, na qual sentem dificuldade para repassar conteúdos, adaptar metodologias e currículos, avaliar e até comunicar-se, gerando assim uma dualidade entre o ideal e o real da educação inclusiva nas escolas.

Considerando as análises empreendidas na formação de professores, com vistas à inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas, vale destacar que existe a necessidade de superação das barreiras existentes, sendo elas pedagógicas, docentes, curriculares e arquitetônicas das escolas da rede pública de ensino que ainda permite a exclusão de alunos.

Tais barreiras se contrapõem ao ideal de educação inclusiva que visa uma educação de qualidade social. Acreditamos que é possível atingir tal ideal, ao começar pela

formação docente voltada para sua prática e a busca contínua de qualificação visando adquirir conhecimentos que aprimorem sua prática pedagógica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse artigo buscou analisar a importância da qualificação docente na educação inclusiva nas escolas da rede pública. Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa caracterizada como uma pesquisa que visa a análise e interpretação de aspectos produzidos e expõe a complexidade do comportamento humano, fornecendo análises detalhadas de atitudes e investigações (LAKATOS; MARCONI, 2010). Caracterizamos nossa pesquisa em qualitativa por estar pautada nos processos e seus significados a partir da subjetividade, permitindo assim um olhar humanístico para a realidade do processo educacional.

Essa pesquisa nos permitiu dar uma explicação geral sobre a temática escolhida, através da delimitação do estudo realizada a partir das contribuições do livro de Montoan (2003) “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?”; e em sites de órgãos governamentais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a

Política Nacional de Educação Especial (1994), do Decreto nº 6.571/2008, entre outros.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica como estratégia de desenvolver o estudo, a partir do levantamento de materiais já publicados por meios escritos e eletrônicos. Fonseca (2002) destaca que todo trabalho científico inicia-se com a pesquisa bibliográfica, permitindo assim ao pesquisador ter uma visão ampla sobre o assunto, conhecendo o que já foi publicado sobre o assunto, quais as discussões permeiam o tema e os referenciais teóricos publicados objetivando recolher informações ou obter conhecimentos prévios sobre a temática.

Como meio de obter os materiais necessários para esse estudo, utilizamos as bases de dados da Scielo, Google Acadêmico e da Biblioteca Central.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos estudos realizados sobre a educação inclusiva, foi perceptível conceber que essa modalidade de ensino é permeada de desafios, se a educação inclusiva na prática encontra-se distante do ideal é consequência da falta de políticas públicas efetivas, falta de especialização e qualificação docente, currículos desadaptados a realidade dos

alunos, falta de integração da comunidade escolar composta por gestor, coordenador, professor e família, falta de cursos de capacitação ofertados pela rede de ensino, falta de estrutura física e de acessibilidade, ademais características como discriminação e preconceito permeado nas escolas.

Inicialmente apontamos questionamentos que foram nosso objeto de estudo, na qual pretendemos esclarecê-los ao decorrer deste artigo, com base no que foi proposto constatamos que através dos autores pesquisados, as dificuldades existem e se fazem presentes, principalmente na educação pública, o que cabe a nós educadores é fazer a diferença quanto a assumir um papel integrador frente a educação inclusiva visando o desenvolvimentos de todos os alunos, sem distinção de suas potencialidades, com respeito as diversidades presentes.

Tendo em vista que o papel do professor na educação inclusiva é de ser facilitador no processo de aprendizagem e contribuir na evolução de seus alunos através do planejamento contínuo e o respeito mútuo entre eles.

Como foi relatado neste artigo a formação docente faz toda a diferença para um ensino- aprendizagem de qualidade na educação inclusiva. Para Santos (2007) para a ação docente no contexto da diversidade, é

necessários encontros que permitam trocas de saberes, reflexões, estratégias de ensino, metodologias, avaliações, no intuito de estarem em constante diálogo e entre os diferentes conhecimentos e experiências disponíveis neste mundo tão plural e heterogêneo, gerando espaços de reflexão coletiva.

A importância da formação continuada é imensurável pois tem como foco o preparo para atuar frente as situações que constituem ato educativo. Nóvoa (1995, p. 25), relata que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

De acordo com o autor é justamente através da reflexão crítica que as práticas docentes são aprimoradas, constituídas através da dimensão coletiva, os professores devem ter uma rede de apoio que possam estabelecer a discussão de suas práticas frente

aos desafios obtidos na educação inclusiva, no trabalho das várias diversidades existentes, pois tais trocas de informação são o ponto de partida para um olhar mais atento e intencional para esses alunos.

Como foi relatado no artigo, os alunos possuem seu tempo de desenvolvimentos e o docente deve respeitar essa individualidade, é claro que de acordo com as dificuldades encontradas e limitações existentes cada aluno vai aprender dentro de suas particularidades. De acordo com as legislações vigentes o poder público deve não somente assegurar o acesso, mas criar condições que os alunos possam participar ativamente nas projeções escolares, garantido assim sua permanência com compromisso e responsabilidade.

O Plano Nacional de Educação (MEC, 2000) dispõe que a integração de professores da Educação Especial e da educação regular é uma ação importante para a efetivação da educação inclusiva. Em seu art. 8º dispõe:

Art. 8. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes: I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; II – condições para reflexão e elaboração teórica da educação

inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa (grifo nosso).

Partindo desse viés, uma das propostas para efetivar a educação inclusiva é por meio do ensino itinerante, na qual consiste no trabalho conjunto do professor especializado ao professor regular em turmas compostas por alunos com deficiência. Esse professor itinerante, além de dar o suporte necessário ao docente, deve prestar todo apoio ao educando levando em consideração as limitações e especificidades de cada um.

De acordo com o estudo realizado, percebemos que não basta apenas incluir os alunos especiais nas escolas públicas de ensino, deve haver todo o preparo para o acolhimento, principalmente garantir o preparo de professores para atuar em sala de aula visando uma educação inclusiva, ou seja, rompendo o preconceito e a exclusão existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na teoria, existem legislações que visam garantir a educação inclusiva nas escolas brasileiras e reforçam a capacitação para os docentes, na prática não é bem o que acontece, como vimos ao longo desse artigo,

há inúmeros desafios existentes que implica em uma educação inclusiva de qualidade.

O estudo baseou-se na análise da importância da qualificação docente para a educação inclusiva nas redes públicas de ensino, no qual analisou-se a figura do professor em sua dimensão formativa e também metodológica, visando seu preparo para desenvolver métodos de inclusão social, assim, atuando com responsabilidade e compromisso com as necessidades de seus educandos, conquistando um espaço de inclusão as diversidades e respeito as diferenças existentes.

Analisou-se também o contexto educacional das escolas públicas frente a educação inclusiva e o preparo docente, evidenciamos a dualidade existente entre o ideal de educação inclusiva e o real encontrada nas escolas públicas.

Contudo, analisamos que quando o docente possui preparo e qualificação para atuar em sala de aula, ele passa a contribuir com a inclusão dos alunos, estando preparado para atender todos os seus alunos, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, a relação e o contato entre aluno-professor, tornando ensino-aprendizagem muito mais eficaz, qualitativo e significativo, sendo necessário que haja espaços de debates e momentos de diálogos sobre a inclusão

Observa-se que as escolas da rede pública e seus educadores devem garantir a inclusão social valorizando a pluralidade existente no contexto educacional, de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, de modo a beneficiar todos os alunos presentes na sala de aula, respeitando o desenvolvimento de cada um.

O tema abordado resultou em um grande conhecimento sobre a problemática abordada, concluímos que para que haja uma educação inclusiva de qualidade deve haver políticas públicas efetivas, acessibilidade nas escolas, capacitação e especialização para educadores, o trabalho conjunto da comunidade escolar, espaços de promoção de diálogos para romper a exclusão existente, a reorganização dos processos formativos da escola como currículo, avaliação e métodos de ensino que sejam flexíveis e integradores.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Sobre sujeito e objeto**. In:

. Palavras e sinais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b. p. 181-201. Publicado originalmente em 1969.

AINSCOW, M. (2016). **Colaboração como estratégia para promover a equidade na educação: possibilidades e barreiras**. Revista de Capital Profissional e Comunidade.

BAÚ, Marlene Alamini. **Formação de Professores e a Educação Inclusiva.**

Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Medianeira. Volume 02 - Número 10, 2014.

BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____, Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Brasília, 2008.

_____, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

_____, Portaria nº 1.793 de 1994 – **Inclusão de Disciplina na Formação de Docentes e Outros Profissionais que**

Interagem com Pessoas com Necessidades Especiais. Brasília, 1994.

_____, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília:MEC/SEESP, 2001.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n.9.394/96. Brasília, 1996.

_____, Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Boletim 21. MEC, 2006.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial:** livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994.

BUENO, J.G.S. (1999). **Educação Inclusiva:** Princípios e Desafios. Mediação (Disponível na SME/RJ – Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro).

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais:** um guia para educadores e professores. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2008.

COSTA, V. A. **Formação e teoria crítica da Escola de Frankfurt:** trabalho,

educação, indivíduo com deficiência. Niterói: EdUFF, 2005.

_____, V. A. **Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais:** políticas e sistemas. Rio de Janeiro: Editora da UNIRIO, 2007.

_____, V. A. **Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais.** Projeto de pesquisa – Capes-Proesp: Políticas Públicas de Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro: Desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Salamanca – Espanha, 1994. FOUCAULT, Michel.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva:** quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 28 de dez. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIANCATERINO, Roberto. **A supervisão educacional:** mudanças sob olhar de uma educação libertadora. 2009.

GÓES, M. C. R. de. **Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação:** Contribuições da abordagem históricocultural. RBOSA, Denis Borges. Da Tecnologia à Cultura: Ensaio e Estudos de Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. In:

HANSEN, Guilherme; MIDORY, Ingrid. Acessibilidade de ensino. Educa e diversidade, 2019. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/especial-acessibilidade/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Censo%20Escolar,para%20essa%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 de dez. 2022.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por que? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, F. R.; ARAÚJO, M. D. B.; SILVA, J. L. B. **O Papel do Professor na Educação Inclusiva.** Conedu VI Congresso de Educação Nacional.

QUEIROZ Jr. E. **Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas.** 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

deficiencia-na-escola-publica. Acesso em 27 de dez. 2022.

SANT'ANA IM. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo. 2005.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Guilherme Alexandre. **OS desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino.** Universidade federal de Sergipe. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/artigo%20guilherme%20educac%20c3%87%20o%20inclusiva%20%281%29%20%282%29.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2022.

SANTOS. J. B. **A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de alunos com deficiência.** Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan/jun, 2002.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.** 2018. Disponível em: [https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-](https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-) alunoscom-